



LEI ORDINÁRIA Nº 956

de 09 de dezembro de 2013

"Estima a RECEITA e fixa DESPESA do Município de Chapadão do Sul para o Exercício de 2014".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º..

O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul /MS, para o Exercício financeiro de 2014, estima à receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 98.850.000,00 (Noventa e oito milhões, oitocentos e cinquenta mil reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º..

A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITAS	
<i>Receitas Correntes</i>	R\$ 93.116.622,00
<i>Receita de Capital</i>	R\$ 12.360.800,00
<i>Receitas Correntes Intra-Orçamentárias</i>	R\$ 3.218.800,00
<i>Receita de Capital Intra-Orçamentárias</i>	R\$ 1.000,00
SUBTOTAL	R\$ 108.697.222,00
<i>Deduções da Receita</i>	R\$ 9.847.222,00
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 98.850.000,00

Art. 3º..

A DESPESA total do Orçamento ascende a R\$ 98.850.000,00 (Noventa e oito milhões, oitocentos e cinquenta mil reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 66.309.179,00 (Sessenta e seis milhões, trezentos e nove mil, cento e setenta e nove reais) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 32.540.821,00 (Trinta e dois milhões, quinhentos e quarenta mil, oitocentos e vinte e um reais).

Art. 4º..

A DESPESA será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observando o seguinte desdobramento:

DESPESAS

<i>Despesas Correntes</i>	R\$ 69.708.741,00
<i>Despesas de Capital</i>	R\$ 22.413.459,00
<i>Reserva de Contingência</i>	R\$ 6.727.800,00
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 98.850.000,00

DESPESAS POR ÓRGÃOS

<i>I - Poder Legislativo</i>	
<i>01 - Câmara Municipal</i>	R\$ 4.130.000,00
<i>II - Poder Executivo</i>	
<i>10 - Gabinete do Prefeito</i>	R\$ 2.199.680,00
<i>15 - Secr. Mun. de Governo</i>	R\$ 516.000,00
<i>20 - Secr. Mun. de Administração</i>	R\$ 3.193.200,00
<i>25 - Secr. Mun. de Obras, Transportes e Serviços Públicos</i>	R\$ 18.866.637,00
<i>30 - Secr. Mun. de Educação</i>	R\$ 20.806.120,00
<i>35 - Secr. Mun. de Saúde</i>	R\$ 18.655.621,00
<i>40 - Secr. Mun. de Assistência Social</i>	R\$ 5.338.400,00
<i>45 - Secr. Mun. de Desenv. Econômico e Meio Ambiente</i>	R\$ 6.942.252,00
<i>50 - Secr. Mun. de Finanças e Planejamento</i>	R\$ 4.717.390,00
<i>55 - Secr. Mun. de Cultura e Esporte</i>	R\$ 3.189.900,00
<i>60 - Secr. Mun. de Infraestrutura e Projetos</i>	R\$ 731.900,00
<i>65 - Secr. Mun. de Segurança</i>	R\$ 616.100,00
<i>99 - Reserva de Contingência</i>	R\$ 400.000,00
<i>III - Autarquia Municipal</i>	
<i>80 - IPMCS - Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Chapadão do Sul</i>	R\$ 8.546.800,00
TOTAL DE DESPESAS	R\$ 98.850.000,00

Art. 5º..

As Receitas e Despesas totais constantes deste Orçamento estão previstas por Fonte de Recursos com o seguinte desdobramento:

DESPESAS POR ÓRGÃOS

Código	Descrição	R\$	
100000	Recursos Ordinários	R\$	36.681.199,00
101000	Recursos para Educação	R\$	6.624.500,00
102000	Recursos para Saúde	R\$	13.231.841,00
103000	Contribuição ao RPPS	R\$	8.546.800,00
114008	SUS - União / Piso de Atenção Básica - PAB (FNS BLATB)	R\$	555.410,00
114009	SUS - União / PAB Variável (FNS BLATB)	R\$	1.196.660,00
114010	SUS - União / Média Alta Complexidade - MAC (FNS BLMAC)	R\$	822.740,00
114012	SUS - União / Vigil Epidemiológica e Ambiental (FNS BLVGS)	R\$	73.570,00
114013	SUS - União / Vigilância Sanitária (FNS BLVGS)	R\$	11.070,00
114014	SUS - União / Comp Básico Assist Farmacêutica (FNS BLAFB)	R\$	98.790,00
114057	SUS - União / Investimentos na Rede Saúde (FNS BLI)	R\$	730.100,00
115049	FNDE - Salário Educação	R\$	550.200,00
115050	FNDE-PDDE	R\$	65.200,00
115051	FNDE-PNAE	R\$	336.410,00

115052	FNDE-PNATE	R\$	184.210,00
116000	CIDE	R\$	50.200,00
117000	COSIP	R\$	1.075.300,00
118000	FUNDEB - 60%	R\$	8.662.940,00
119000	FUNDEB - 40%	R\$	2.358.060,00
120000	Convênios - União/Educação	R\$	1.400.500,00
121000	Convênios - União/Saúde	R\$	269.600,00
122000	Convênios - União/Assistência Social	R\$	455.000,00
123000	Convênios - União/Outros	R\$	8.351.700,00
124000	Convênios - Estado/Educação	R\$	450.500,00
125000	Convênios - Estado/Saúde	R\$	100.100,00
126000	Convênios - Estado/Assistência Social	R\$	130.200,00
127000	Convênios - Estado/Outros	R\$	1.103.700,00
129000	FNAS - Transferência de Recursos do FNAS	R\$	589.300,00
130000	União - Transf Ree do FNHIS - Fundo Nacional de Habitação	R\$	295.000,00
131009	SUS - Estado / PAB Variável (FES BLATB)	R\$	212.520,00
131010	SUS - Estado / Média Alta Complexidade - MAC (FES BLMAC)	RS	420.300,00

<i>131013</i>	<i>SUS - Estado / Vigilância Sanitária (FES BLVGS)</i>	<i>R\$</i>	<i>5.100,00</i>
<i>131014</i>	<i>SUS - Estado / Comp Básico Assist Farmacêutica (FES BLAFB)</i>	<i>R\$</i>	<i>41.100,00</i>
<i>131015</i>	<i>SUS - Estado / Comp Estratégico da Assist Farm (FES BLAFB)</i>	<i>R\$</i>	<i>12.100,00</i>
<i>131057</i>	<i>SUS - Estado / Investimentos na Rede Saúde (FES BLI)</i>	<i>R\$</i>	<i>140.100,00</i>
<i>150061</i>	<i>FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolesc</i>	<i>R\$</i>	<i>120.000,00</i>
<i>151000</i>	<i>FMMA - Fundo Municipal do Meio Ambiente</i>	<i>R\$</i>	<i>8.000,00</i>
<i>170072</i>	<i>Compensações Financeiras de Recursos Minerais</i>	<i>R\$</i>	<i>14.460,00</i>
<i>170074</i>	<i>Fundo Especial de Petróleo - FEP</i>	<i>R\$</i>	<i>186.620,00</i>
<i>180501</i>	<i>FUNDERSUL (LEI n° 3140/2005, art.2º, Inc. I, e II)</i>	<i>R\$</i>	<i>1.450.400,00</i>
<i>181503</i>	<i>FIS (LEI 2105/2000)</i>	<i>R\$</i>	<i>1.089.000,00</i>
<i>182504</i>	<i>Transferência do Estado FEAS (Fundo Est de Assist Social)</i>	<i>R\$</i>	<i>83.300,00</i>
<i>192029</i>	<i>Alienações de Bens Móveis - Educação</i>	<i>R\$</i>	<i>20.200,00</i>
<i>192031</i>	<i>Alienações de Bens Móveis - Saúde</i>	<i>R\$</i>	<i>15.200,00</i>
<i>192032</i>	<i>Alienações de Bens Móveis - Outros Programas</i>	<i>R\$</i>	<i>20.200,00</i>
<i>193029</i>	<i>Alienações de Bens Imóveis - Educação</i>	<i>RS</i>	<i>3.200,00</i>
<i>193031</i>	<i>Alienações de Bens Imóveis - Saúde</i>	<i>R\$</i>	<i>3.200,00</i>
<i>193032</i>	<i>Alienações de Bens Imóveis - Outros Programas</i>	<i>R\$</i>	<i>4.200,00</i>
TOTAL DAS DESPESAS		R\$	98.850.000,00

Art. 6º..

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei, utilizando como recursos compensatórios às fontes referidas nos incisos I a III do § 1º, Art. 43 da Lei Federal N°. 4.320 de 17 de março de 1.964.

1º.

Fica autorizado e não será computada para efeito do limite no inciso I deste artigo a abertura de créditos suplementares:

I. *para atender despesas com pessoal com encargos sociais.*

II.

à conta de recursos provenientes de Operações de Crédito autorizadas por Lei:

III.

à conta de recursos transferidos da União e do Estado sob forma de auxílios, convênios ou subvenções.

2°.

O limite fixado neste artigo não será onerado pelos créditos suplementares que promoverem transposição, remanejamento ou transferência de recursos no âmbito de uma mesma ação, no mesmo órgão, consoante com o previsto no art 167, inciso VI da Constituição Federal.

Art. 7º..

Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal N°. 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações, de uma para outra unidade.

Art. 8º..

Os recursos captados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente provindos da doação de parte do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas serão utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive concedendo subvenções e auxílios a despesas de capital.

Art. 9º..

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir recursos as entidades privadas identificadas no "quadro demonstrativo das entidades a serem beneficiadas com subvenções", anexo a presente, por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos utilizados para transferências de recursos, obedecendo os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 10.

Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observado os limites fixados para Estados e Municípios na Resolução do Senado Federal.

Art. 11.

Os recursos alocados na Reserva de Contingência poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais e para atendimento ao disposto no art. 5º, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 12.

Ficam aprovados os Quadros Demonstrativos da Receita e Planos de Aplicação para os Fundos Especiais e Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa para a entidades autárquicas, que acompanham a presente Lei:

I.

Fundo Municipal de Defesa Civil, vinculado ao Gabinete do Prefeito, no valor de R\$ 23.500,00 (Vinte e três mil e quinhentos reais);

II.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização dos Profissionais da Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, no valor de R\$ 11.021.000,00 (Onze milhões e vinte e um mil reais);

III.

Fundo Municipal de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$ 18.430.001,00 (Dezoito milhões, quatrocentos e trinta mil e um reais);

IV.

Fundo Municipal Anti Drogas, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais);

V.

Fundo Municipal Anti Drogas, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais);

VI.

Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais);

VII.

Fundo Municipal para Investimentos Sociais, vinculado à Secretaria Municipal Assistência Social, no valor de R\$ 598.500,00 (Quinhentos e noventa e oito mil e quinhentos reais);

VIII.

Fundo Municipal de Habitação, vinculado a Secretaria Municipal Assistência Social, no valor de R\$ 845.000,00 (Oitocentos e quarenta e cinco mil reais);

IX.

Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos, vinculado à Secretaria Municipal Assistência Social, no valor de R\$ 356.500,00 (Trezentos e cinquenta e seis mil e quinhentos reais);

X.

Fundo Municipal de Meio Ambiente, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, no valor de R\$ 11.500,00 (Onze mil e quinhentos reais);

XI.

Fundo Municipal de Assistência Procuradores Municipais, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, no valor de R\$ 65.700,000 (Sessenta e cinco mil e setecentos reais);

XII.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Chapadão do Sul - IPMCS, autarquia municipal, no valor de R\$ 8.546.800,00 (Oito milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e oitocentos reais).

Art. 13.

Esta LEI entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

CHAPADÃO DO SUL/MS, 09 DE DEZEMBRO DE 2013.

*LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHÃES PREFEITO
MUNICIPAL*

Lei Ordinária Nº 956/2013 - 09 de dezembro de 2013

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em